

# O novo internacionalismo operário

## e a rede sindical internacional de solidariedade e de lutas

*Vamberto Ferreira Miranda Filho*

Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

E-mail: elgeboh@yahoo.com.br

**Resumo:** O presente estudo tem como tema as formas de organização sindical internacional, em particular, as redes sindicais. O objetivo deste trabalho é compreender as razões para o surgimento da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e de Lutas (RSISL). Apresentam-se resultados parciais de uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico e documental sobre a construção da RSISL. Conclui-se que a RSISL surge da necessidade de articulação entre trabalhadores de diferentes países, em meio ao processo de reorganização do movimento operário internacional no contexto atual, combinando a defesa de interesses imediatos e o desejo de transformação social em escala global.

**Palavras-chave:** Globalização. Internacionalismo Operário. Sindicalismo de Movimento Social. Redes Sindicais. RSISL.

### Introdução

Nas últimas duas décadas do século XX, quase houve um consenso nas ciências sociais de que os movimentos operários passavam por uma crise grave e generalizada. As explicações para esta crise enfatizam ora os efeitos da hipermobilidade do capital produtivo sobre os trabalhadores e os Estados, ora as transformações recentes na organização da produção e do processo de trabalho. No entanto, a partir

do final da década de 1990, um número crescente de estudiosos passou a sugerir que o movimento dos trabalhadores estava numa curva ascendente, particularmente com os protestos ocorridos com a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, EUA, em novembro de 1999 (SILVER, 2005).

Nesse sentido, investigar a variedade de maneiras



pelas quais os movimentos de trabalhadores nacionais podem se conectar internacionalmente é uma necessidade para melhores teorias sobre a evolução da contestação das forças sociais do trabalho ao capital global (EVANS, 2015).

Diante disso, nos últimos anos, vários cientistas sociais têm se dedicado a analisar as experiências de solidariedade entre os trabalhadores, em face das adversidades da globalização neoliberal (ANNER *et al*, 2014; EVANS, 2015; COSTA, 2017; HENNEBERT, 2017; RAMALHO, 2014; FRAMIL FILHO, 2016; ROMBALDI e TOMIZAKI, 2017; BRAGA e MARQUES, 2017). Contudo, as redes sindicais internacionais, alternativas de organização regional e internacional dos trabalhadores, constituídas à margem das organizações reconhecidas pelos Estados/Empresas, ainda são um objeto de investigação pouco explorado aqui no Brasil.

Dessa maneira, o objetivo deste texto é compreender as razões para o surgimento da RSISL no contexto atual. Para tanto, inicialmente trata-se de forma sintética das formas de internacionalização da luta do movimento operário contra o capital, desde o final do século XIX até este início do século XXI; no segundo momento, discutem-se algumas características do processo de globalização contemporânea e seus impactos sobre o mundo do trabalho; no terceiro momento, trata-se do sindicalismo de movimento social internacional na interseção entre o “velho” e o “novo” internacionalismo operário; no quarto momento, descrevem-se algumas das principais atividades do processo de construção da RSISL, seus princípios, suas estratégias e sua finalidade; e, por fim, destacam-se os limites do estudo e algumas questões que ainda precisam ser colocadas para melhor compreender o objeto em questão.

## Internacionalismo operário

A internacionalização da luta do movimento operário contra o capital não é um fenômeno recente. Desde 1864, com a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), na cidade de Londres, um longo caminho vem sendo trilhado por aqueles que buscam “assaltar os céus” e não obter meros paliativos à realidade existente. Essa grande frente de organizações operárias, também conhecida como Primeira Internacional, deixou um legado imprescindível ao movimento operário mundial (MUSTO, 2014)<sup>1</sup>. Em que pese algumas diferenças, a AIT teve como herdeiras a Segunda Internacional (1889) e a Terceira Internacional (1919).

Ao longo do século XX, o movimento sindical tornou-se a base institucional fundamental que deu suporte ao internacionalismo operário (COSTA; SANTOS, 2005). Nesse sentido, é possível identificar quatro níveis distintos, mas que se complementam, de intervenção sindical transnacional: no primeiro

A internacionalização da luta do movimento operário contra o capital não é um fenômeno recente. Desde 1864, com a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), na cidade de Londres, um longo caminho vem sendo trilhado por aqueles que buscam “assaltar os céus” e não obter meros paliativos à realidade existente. Essa grande frente de organizações operárias, também conhecida como Primeira Internacional, deixou um legado imprescindível ao movimento operário mundial (MUSTO, 2014).

nível, têm-se as *confederações sindicais mundiais*, a saber – a Federação Sindical Mundial (FSM), criada em 1945, a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL), criada em 1949 como resposta à influência da FSM, e a Confederação Mundial do Trabalho (CMT), criada em 1968 como uma espécie de terceira via entre a FSM e a CISL<sup>2</sup>.

No segundo nível, estão as *organizações sindicais regionais*, como a Confederação Europeia de Sindicatos (CES), criada em 1973, e as federações regionais das confederações mundiais: Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (Orit), Central

Latino - Americana de Trabalhadores (Clat), Organização Unitária dos Sindicatos Africanos (Ousa), Organização Regional Ásia - Pacífico (Orap) e Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes (Cisa). No contexto do Mercosul, tem ainda a Coordenadora das Centrais Sindicais dos países do Cone Sul (CCSCS), criada em 1986.

No terceiro nível, têm-se as *organizações sindicais setoriais*. Os Secretariados Profissionais Internacionais (SPIs), existentes desde 1889 – Federações Sindicais Globais (FSGs), desde 2002 –, representam mundialmente os trabalhadores de um determinado setor de atividade. Essas federações também têm suas representantes em escala regional, como as Federações Sindicais Europeias (FSEs), filiadas na CES.

No quarto nível estão os *Conselhos Sindicais de Empresas Mundiais* (CSEMs) das Empresas Transnacionais (ETNs), com destaque para os Conselhos de Empresas Europeus (CEEs) e os Conselhos de Empresa Mundiais (CEMs).

Nesse contexto, a inserção do movimento sindical brasileiro no internacionalismo operário, de uma forma geral, percorreu três fases: a primeira fase, em princípios do século XX, foi influenciada pelo anarcossindicalismo dos imigrantes europeus, um internacionalismo de militantes estrangeiros imigrantes, internalizados, menos de organizações internacionais; a segunda fase foi influenciada pela Terceira Internacional e, com a fundação do PCB, em 1922, o internacionalismo passou a ser o das relações partidárias, menos que das organizações sindicais; a terceira fase surge ainda em meio às lutas do período ditatorial de 1964 a 1984, que ficou conhecido como “novo sindicalismo” (OLIVEIRA, 2005).

No entanto, nesse início do século XXI, “a militância transnacional tem progredido substancialmente, por meio da elaboração de novas estratégias direcionadas para além dos padrões de mobilização e negociação tradicionalmente estabelecidos no nível nacional” (ROMBALDI; TOMIZAKI, 2017, p. 14).

Assim, multiplicaram-se as experiências de solidariedade internacional entre os trabalhadores dos mais diversos tipos. Além da Confederação Sindical Internacional (CSI) e das Federações Sindicais Globais (FSGs), atualmente existem diversas organizações que representam desde os ramos químico

e metalúrgico até trabalhadoras domésticas. “Qualquer que seja a categoria de trabalhadores, é possível encontrar exemplos de solidariedade internacional e de resistência aos efeitos da globalização” (FRAMIL FILHO, 2016, p. 14).

## Globalização neoliberal

O termo globalização diz respeito a um conjunto de profundas e contínuas transformações econômicas e políticas que trouxe uma série de desafios para a organização dos trabalhadores. Segundo Chesnais (1996), o adjetivo “global” surgiu no começo dos anos 1980, nas grandes escolas americanas de administração financeira e foi popularizado em obras e artigos de consultores de estratégia e marketing formados nas universidades de Harvard, Columbia e Stanford, entre outras; essa expressão foi apropriada por grandes industriais japoneses para definir sua visão do mundo “triádico”<sup>3</sup> que estava nascendo. Porém, o autor alerta que esse termo não é neutro, mas cheio de conotação e, ao mesmo tempo, vago para manipular o imaginário social e pesar no debate político. Assim, prega-se a ideia de que é preciso que a sociedade se adapte às novas exigências e obrigações e, sobretudo, descarte qualquer ideia de controlar esse novo processo. Portanto, a globalização “[...] deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas” (CHESNAIS, 1996, p. 32).

No entanto, o que convencionou-se chamar de globalização é apenas uma das formas de globalização, a forma dominante e hegemônica, a globalização neoliberal<sup>4</sup>. Segundo Costa e Santos (2005),

A globalização neoliberal corresponde a um novo regime de acumulação do capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado, dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social, e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda atividade social se organiza melhor quando se organiza sob a forma de mercado (COSTA e SANTOS, 2005, p. 11).

Esse processo resulta de dois movimentos conjuntos: a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914 e as políticas de privatização, desregulamentação e dismantelamento das conquistas sociais e democráticas, aplicadas desde o início dos anos 1980 pelos governos Thatcher e Reagan. É nesse contexto que são implementadas as “novas tecnologias” à produção industrial e às atividades de gestão e finanças, modificando profundamente a relação dos grupos industriais do setor manufatureiro e de serviços com a classe operária. Em cada fábrica e oficina, o princípio de *lean production* tornou-se a interpretação dominante do modelo “ohnista”<sup>5</sup> japonês de organização do trabalho. Com isso, “o sistema ‘toyotista’ de terceirização e o ‘just-in-time’ foram adotados ainda mais rápido e facilmente” (CHESNAIS, 1996).

O termo globalização diz respeito a um conjunto de profundas e contínuas transformações econômicas e políticas que trouxe uma série de desafios para a organização dos trabalhadores. Segundo Chesnais (1996), o adjetivo “global” surgiu no começo dos anos 1980, nas grandes escolas americanas de administração financeira e foi popularizado em obras e artigos de consultores de estratégia e marketing formados nas universidades de Harvard, Columbia e Stanford, entre outras.

De acordo com Braga e Marques (2017), desde os anos 1980, a evolução da globalização neoliberal alçou ao primeiro plano a questão social nas sociedades capitalistas, pois estas têm deixado uma parte crescente de suas populações à margem dos direitos sociais, enquanto, no extremo oposto, a concentração de riquezas ampliou-se. Corroborando com esse entendimento, Framil Filho (2017) afirma que o mundo do trabalho foi afetado de forma direta pelo fenômeno da globalização neoliberal. Pois

A incorporação de países como a China à economia global dobrou o número de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas e, em associação com o uso de novas tecnologias e estratégias propriamente globais por grandes corporações transnacionais, fez com que a relação capital e trabalho se deslocasse em favor do primeiro (FRAMIL FILHO, 2017, p. 3).

De fato, as condições gerais criadas pela globalização neoliberal são, certamente, decisivas para o destino do movimento operário. É nesse sentido que se coloca a preocupação teórica de incorporar e enfatizar a participação do trabalho e dos sindicatos nos debates sobre a globalização (EVANS, 2015).

## Novo internacionalismo operário

Parte das análises sobre os efeitos da globalização tem enfatizado a estratégia de enfraquecer e destruir o movimento trabalhista e sindical em nível global. Contudo, recentemente iniciou-se um processo de revisão dessa perspectiva enfatizando a criação de oportunidades através do capitalismo globalizado para uma organização global dos trabalhadores (RAMALHO JR, 2014). Assim, “*if globalization is a central feature of the contemporary transformation of capitalism, it is likely to create global opportunities for counter-organization at the global level*” (EVANS,

Trata-se de um “sindicalismo de movimento social internacional” e de orientação emancipatória, que tem como uma de suas características o estabelecimento de “uma política capaz de desafiar o modelo de globalização neoliberal que muitos sindicatos adotaram” (COSTA; SANTOS, 2005, p. 44).

2010, p. 353). Não obstante, argumenta-se que “*the effectiveness of labor’s response does not rest on the invention of a single organizational form or campaign strategy but on the interconnections among different forms*” (*idem*, p. 354).

Essa forma de análise tem sido utilizada para propor a emergência de um “novo internacionalismo operário” e parece estar associada aos sinais de crise das velhas formas de internacionalismo operário e à emergência de novas condições. Nesse sentido, Costa e Santos (2005) identificam matizes que distinguem o *velho* do *novo* internacionalismo operário, bem como elementos de continuidade e ruptura nesse processo.

Por um lado, no tocante ao velho internacionalismo operário, um dos aspectos em que este “perdeu

seu passado” reside precisamente nos seus pressupostos teóricos: a incapacidade do proletariado libertar a classe operária da opressão capitalista, a não concretização da sua homogeneização e a vinculação do internacionalismo tradicional aos espaços nacionais constituem “um reencontro pouco feliz com o passado”. Da mesma forma, “o desaparecimento das primeiras formas organizacionais de internacionalismo operário (Internacionais Operárias) remete-nos igualmente para um passado perdido do internacionalismo operário” (*idem*, p. 41). Em contrapartida, o crescimento organizacional dos Secretariados Profissionais Internacionais (SPIs)<sup>6</sup> nas últimas três décadas pode ser visto como um reencontro feliz com o passado do internacionalismo operário. Portanto, é fundamental “adotar uma postura de equilíbrio entre o velho e o novo internacionalismo operário” (*idem*, p. 39). Por outro lado, no que diz respeito ao novo internacionalismo operário, análises contemporâneas apresentam uma regularidade em chamar a atenção para a necessidade de expandir a ação sindical para outros campos situados fora da esfera sindical.

Trata-se de um “sindicalismo de movimento social internacional”<sup>7</sup> e de orientação emancipatória, que tem como uma de suas características o estabelecimento de “uma política capaz de desafiar o modelo de globalização neoliberal que muitos sindicatos adotaram” (COSTA; SANTOS, 2005, p. 44). Desde os anos 1990, pesquisadores identificam práticas de um sindicalismo “aberto ao exterior”, não só em relação a trabalhadores de outros países, mas também com relação a outros movimentos sociais. Essa tendência tem como principais características:

[...] maior preocupação com a solidariedade internacional, engajamento ativo em alianças com diversos setores sociais, democratização das estruturas organizativas e harmonização das negociações coletivas com interesses gerais de classe que vão além dos ganhos imediatos para os trabalhadores representados, a partir de uma agenda social ampla (FRAMIL FILHO, 2016, p. 08).

Assim, o cenário atual de crise da globalização neoliberal, que vem se aprofundando desde 2007, tem trazido consequências para os/as trabalhadores/as em todo o mundo, sobretudo em termos de retirada

de direitos e ruína nas condições de vida. No entanto, essa crise também tem sido uma oportunidade para que os/as trabalhadores/as possam questionar a ordem social hegemônica, bem como buscar a reorganização dos seus instrumentos de luta. Assim, segundo Ramalho (2014):

A questão que se coloca, do ponto de vista dos que vivem do trabalho, se refere à sua capacidade política de reconstruir mecanismos de defesa, de articulação e de solidariedade em face das adversidades da globalização. A necessidade de internacionalizar estratégias na atual conjuntura tem exigido algo mais do que práticas tradicionais de organizações sindicais burocratizadas e verticalizadas. Discutem-se outros níveis de atuação, mais horizontalizados e em rede, e uma associação de lutas estreitas com movimentos sociais não habitualmente ligados às questões do trabalho (RAMALHO, 2014, p. 26).

Nesse sentido, no tocante ao movimento sindical, grandes aparatos tradicionais, como a Confederação Sindical Internacional (CSI) e a Federação Sindical Mundial (FSM), têm sido colocados em xeque, por limitar as possibilidades dos/as trabalhadores/as construir alternativas de resistência global. Assim, faz-se necessário discutir outras alternativas de organização sindical internacional no contexto atual.

## A rede sindical internacional de solidariedade e de lutas

De maneira geral, uma rede sindical pode ser caracterizada como “uma organização horizontal que visa articular em um mesmo espaço de troca de informações e de ação os representantes dos trabalhadores” (MELO e SILVA; FRAMIL FILHO; FRESTON, 2015, p. 03). A rigor, uma rede de trabalhadores é sempre uma organização de âmbito internacional. Porém, podem existir também redes de nível nacional ou continental, com uma orientação voltada para o âmbito global, pois sua razão de ser está associada à existência de um fenômeno cuja atuação é global (*idem*).

Nesse sentido, em 2012, na cidade de São Paulo, foi realizada uma reunião internacional do chamado “sindicalismo independente” de 21 países, no intuito

de discutir experiências e ações comuns na luta contra os efeitos da crise internacional e articular uma “coordenação internacional dos sindicatos de luta”. Ao final dessa reunião, foi aprovado um manifesto e convocado um Encontro Internacional para o ano seguinte.

Com isso, em 2013, na cidade de Saint-Denis (França), ocorreu o Encontro Internacional de Organizações Sindicais, convocado pela *Union Syndicale Solidaires* (França), *Confederacion General del Trabajo* (Espanha) e CSP-Conlutas (Brasil), com a participação de representantes de 22 países (da África, América, Ásia e Europa). Nesse encontro, foi criada a *International Trade Union Network of Solidarity and Struggle* (Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas - RSISL), com a finalidade de impulsionar o processo de integração e coordenação dos sindicatos de luta, independente de governos e patrões.

O sindicalismo que reivindicamos não endossa pactos com poderes para validar as medidas antissociais. Reivindicamos o sindicalismo com a responsabilidade de organizar a resistência na escala internacional, para construir através das lutas a necessária transformação social (RSISL, 2013).

Dando continuidade a esse processo, em 2015, na cidade de Campinas (SP), ocorreu a 2º encontro da referida Rede, com a participação de representantes de 24 países, com destaque para a grande delegação latino-americana (RSISL, 2015). Naquela ocasião, ao avaliar o processo de construção da Rede, seus dirigentes reiteraram alguns princípios dessa organização.

[...] nesta ocasião, nós observamos coletivamente a evolução positiva na construção da nossa rede, principalmente o seu crescimento, mas também o caminho que precisávamos percorrer para nos equiparmos como uma ferramenta comum internacional e necessária para todas as forças sindicais que reivindicam e praticam um sindicalismo de lutas, anticapitalista, autogestonário, democrático, ambientalista, independente, dos patrões e dos governos, internacionalista e contra todas as formas de opressão (machismo, racismo, homofobia, xenofobia...). A democracia operária, a auto-organização dos trabalhadores e das trabalhadoras estão também entre nossas referências em comum (RSISL, s/d, p. 02)

Dois anos mais tarde, na cidade de São Paulo, foi realizado o primeiro encontro internacional da classe trabalhadora das Américas, organizado pela Rede, com a participação de 61 entidades de 20 países (RSISL, 2017a). Já em janeiro de 2018, na cidade de Madri, foi realizado o 3º Encontro Internacional da Rede. Além de retomar temas tratados no encontro de 2015, foram discutidos a luta anticapitalista, a luta LGBT, a luta contra o machismo e outras formas de opressão, o colonialismo e suas consequências, migração, repressão e autogestão das organizações (RSISL, 2018).

Esse movimento tem sido marcado por intensos debates sobre a atual crise do sistema capitalista, os ajustes aplicados pelos governos, a criminalização das lutas sociais, o desmonte dos serviços públicos, as respostas dos trabalhadores, a construção de um sindicalismo alternativo e de base, a relação entre os movimentos sociais e sindicais, a precarização do trabalho e a opressão às mulheres, LGBTTs e imigrantes. Além da necessidade de uma atuação coordenada para combater, nos níveis local, nacional e internacional, os ataques à “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2009)<sup>8</sup>. Nesse sentido, a RSISL vê na independência do movimento sindical uma questão-chave no contexto atual.



De fato, a aposta é vencer a estratégia do sistema de dominação do capitalismo global que pretende impor aos trabalhadores um retrocesso histórico, pura e simplesmente arruinando sua capacidade de organização autônoma, de ação e posicionamento, até mesmo visando o desaparecimento completo do movimento operário organizado. Isto quando uma parte cada vez mais importante da população mundial se proletariza e, portanto, fica em condições sociais cada vez mais difíceis (RSISL, s/d, p. 09).

Portanto, a RSISL surge da necessidade de articulação entre trabalhadores de diferentes países, em meio ao processo de reorganização do movimento operário internacional no contexto atual, combinando a defesa de interesses imediatos e o desejo de transformação social em escala global.

**Nosso sindicalismo combina a defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores com a vontade de profunda transformação social [...].** Os interesses que defendemos são aqueles da classe trabalhadora (trabalhadores em atividade ou aposentados, desempregados e afastados, ou jovens em formação) (RSISL, s/d, p. 10).

## Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo principal compreender as razões para o surgimento da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e de Lutas (RSISL), no contexto atual de reorganização do movimento sindical internacional e de crise da globalização neoliberal. Para tanto, tratou-se das formas de internacionalização da luta do movimento operário contra o capital, do processo de globalização contemporânea, da interseção entre o “velho” e o “novo” internacionalismo operário e das principais atividades do processo de construção da RSISL.

A RSISL, uma rede internacional de organizações que agrega centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais da África, América, Ásia e Europa, tem se constituído uma alternativa importante de organização internacional dos/as trabalhadores/as para enfrentar os desafios do contexto internacional de crise do processo de globalização neoliberal. Ao atuar à margem das organizações reconhecidas pelos Estados/Empresas, a RSISL pode se constituir um

instrumento fundamental na manutenção de princípios que inspiram o internacionalismo operário desde 1864.

Contudo, este texto limitou-se a descrever algumas atividades organizadas pela RSISL, seus princípios, estratégias e objetivos. Desse modo, algumas questões ainda precisam ser colocadas para melhor caracterização da RSISL, tais como: Quais são as agendas que permitem articular as diversas tradições e interesses das entidades e lideranças sindicais dessa Rede? Qual a efetividade das ações dessa Rede, em termos materiais, políticos e ideológicos? Qual o perfil das lideranças sindicais brasileiras que atuam nessa Rede? **US**

# notas

1. Graças à Internacional, o movimento operário pôde compreender mais claramente os mecanismos de funcionamento do modo de produção capitalista, adquirir maior consciência da própria força e desenvolver novas e mais avançadas formas de luta. Seu eco ultrapassou os confins da Europa, gerando a esperança de que outro mundo era possível, até para os artesãos de Buenos Aires, os membros das primeiras associações operárias de Calcutá e os grupos de trabalhadores na Austrália e na Nova Zelândia. Nas classes dominantes, ao contrário, a notícia da fundação da Internacional provocou horror. O pensamento de que também os operários viessem a exigir um papel ativo na história gerou indignação e foram numerosos os governos que invocaram a eliminação da organização, perseguindo-a com todos os meios que dispunham (MUSTO, 2014, p. 21).

2. Em 2006, a fusão da CISL com a CMT deu origem à Confederação Sindical Internacional (CSI), maior organização sindical internacional, composta por quase 168 milhões de trabalhadores e 305 organizações filiadas provenientes de 153 países e territórios.

3. Comunidade Europeia, Estados Unidos e Japão.

4. O neoliberalismo é um estágio novo do capitalismo que surgiu na esteira da crise estrutural da década de 1970. Ele expressa a estratégia das classes capitalistas aliadas aos administradores de alto escalão, especificamente no setor financeiro, de reforçar sua hegemonia e expandi-la globalmente (DUMÉNIL & LÉVY, 2014, p. 11).

5. Taiichi Ohno foi um dos criadores do Sistema Toyota de Produção.

6. Desde 2002, Federações Sindicais Globais.

7. Embora tivesse sido utilizado inicialmente por Lambert e Webster (1988) referindo-se ao contexto sul-africano, o conceito de sindicalismo de movimento social foi mais coerentemente enunciado por Waterman (1993). À semelhança de outros debates teóricos, a utilização do conceito revestiu-se de diversas interpretações e de formulações diferenciadas, embora não contraditórias. Nesse sentido, distinguem-se dois tipos de abordagem: uma divulgada por Lambert e Webster e popularizada por Moody (1997), a qual define-se pela centralidade do eixo classe/popular, enquanto a abordagem de Waterman enquadra-se no referencial de classe/novos movimentos sociais (DIAS, 2010, p. 08).

8. A “classe-que-vive-do-trabalho”, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos. Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado (ANTUNES, 2009).

# notas



- ANNER, M. *et al.* Determinantes Industriais da Solidariedade Transnacional: política intersindical global em três setores. **Estudos Avançados**, 18 (81), 2014.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do trabalho).
- BRAGA, R., MARQUES, J. Trabalho, globalização e contramovimentos: dinâmicas da ação coletiva do precariado artístico no Brasil e em Portugal. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 19, n. 45, mai./ago. 2017, p. 52-81.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COSTA, H. A., SANTOS, B. de S. Introdução: para ampliar o cânone do internacionalismo operário. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Trabalhar o mundo**: os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- COSTA, H. M. Conselhos de Empresa Europeus militantes? Obstáculos, acordos e boas práticas à luz da experiência portuguesa na VW. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 19, n. 45, mai./ago. 2017, p. 82-114.
- DIAS, H. Sindicalismo de Movimento Social: Gênese e revisão de um conceito. **O Cabo dos Trabalhos**. Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutorado do CES/ FEUC/ FLUC. Coimbra, nº 4, mai. 2010.
- DÚMENIL, G. & LÉVY, D. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- EVANS, Peter. Is it Labor's turn to globalize? Twenty-first century opportunities and strategic responses. **Global Labour Journal**. V. 1, Issue 3, p. 352-379, 2010.
- \_\_\_\_\_. Movimentos nacionais de trabalhadores e conexões transnacionais: a evolução da arquitetura das forças sociais do trabalho no neoliberalismo. **Caderno CRH**. Salvador, v. 28, n. 75, p. 457-478, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/20031/12692>>. Acesso em: 31 jul. 2017.
- FRAMIL FILHO, R. Globalização contra-hegemônica e o novo internacionalismo operário. **Revista Ciências do Trabalho**. N. 06, jun. 2016.
- HENNEBERT, Marc-Antonin. Os acordos marco-internacionais e as alianças sindicais internacionais: instrumentos de uma necessária transnacionalização da militância sindical. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 19, n. 45, mai./ago. 2017, p. 116-143

# referências

- MELLO e SILVA, L.; FRAMIL FILHO, R.; FRESTON, R. Redes sindicais em empresas transnacionais: enfrentando a globalização do ponto de vista dos trabalhadores. **Análise**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil. N. 05, 2015.
- MUSTO, M. (Org.). **Trabalhadores, uni-vos!** Antologia política da primeira internacional. São Paulo: Boitempo, 2014.
- OLIVEIRA, F. Quem canta de novo l'Internacionale? In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- RAMALHO, J. R. Trabalho, sindicato e globalização. **Revista de Ciências Sociais**. N. 41, out. de 2014.
- RSISL. Rede Sindical Internacional de Solidariedade e de Lutas. **Manifesto da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e de Lutas**. Paris-Fr: [s.n.], 2013.
- \_\_\_\_\_. **Declaração do Encontro Internacional de 8 e 9 de junho de 2015**. [S.l.]: [s.n.], 2015.
- \_\_\_\_\_. **Declaração do 1º Encontro das Américas da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e de Luta**. [S.l.]: [s.n.], 2017a.
- \_\_\_\_\_. **Building a militant, democratic, independent and internationalist labor movement**. São José dos campos-SP: *Metalworkers Union*, 2017b.
- \_\_\_\_\_. **Declaração Final do 3º Encontro da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e de Lutas**. 2018. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2018/02/confira-a-declaracao-final-do-3o-encontro-da-rede-sindical-internacional-de-solidariedade-e-lutas/>>. Acesso em: 02 fev. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Rede Sindical Internacional de Solidariedade e de Lutas**. [S.l.]: [s.n.], [s/d].
- \_\_\_\_\_. **International Trade Union Network of Solidarity and Struggle**. Disponível em: <[www.laboursolidarity.org/](http://www.laboursolidarity.org/)>. Acesso em: 26 nov. 2017.
- ROMBALDI, M., TOMIZAKI, K. Ultrapassando fronteiras: trajetórias de ascensão de militantes brasileiros no sindicalismo transnacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 19, n. 45, mai./ago. 2017, p. 24-50.
- SYLVER, Berverly J. **Forças do Trabalho: movimento de trabalhadores e globalização desde 1870**. São Paulo, Boitempo, 2005.

# referências